

Sumário

Introdução	1
1 Evolução Histórico-Legislativa dos Mecanismos Processuais de Contenção de Acesso aos Tribunais Superiores no Direito Brasileiro	7
1.1 Da instauração da república até a Constituição Federal de 1988: a perene busca pela solução para a “crise do Supremo”	7
1.1.1 Considerações iniciais	7
1.1.2 A instituição do juízo delegado de admissibilidade.....	11
1.1.3 A instituição da arguição de relevância.....	19
1.2 Da promulgação da Constituição Federal de 1988 até a Emenda Constitucional n. 45/2004: A criação do recurso especial como solução insuficiente para a “crise”	22
1.3 Da Emenda Constitucional n. 45/2004 Até o advento do Código De Processo Civil de 2015: os primeiros passos rumo a um sistema brasileiro de formação e aplicação de precedentes vinculantes	29
1.3.1 A criação de novos mecanismos de restrição do acesso aos tribunais superiores: a repercussão geral e os julgamentos por amostragem	29
1.3.2 Insuficiência legislativa e ativismo judicial na elaboração de regras para o novel sistema: uma análise crítica do julgamento do Agravo de Instrumento n. 760.358/SE-QO pelo STF	37
1.4 Conclusões parciais à luz do direito comparado	43
2 Juízo de Admissibilidade nos Recursos Especial e Extraordinário	59
2.1 Considerações iniciais	59
2.2 Ainda em termos históricos: a breve morte do juízo de admissibilidade	59

2.2.1	Introito	59
2.2.2	A “ação”: o processo legislativo de aprovação do novo Código de Processo Civil e, neste, de extinção do juízo de admissibilidade	60
2.2.3	A “reação”: críticas à extinção do juízo de admissibilidade e o ressurgimento do instituto pela contrarreforma da Lei n. 13.256/2016.....	67
2.3	Juízo de admissibilidade: uma proposta de conceituação	70
2.3.1	Atividade decisória.....	71
2.3.2	Segue: delegada e preliminar	74
2.3.3	Segue: cometida a órgãos judiciários de instâncias inferiores	76
2.3.4	Segue: para verificação de requisitos gerais e específicos de cognoscibilidade.....	78
2.3.5	Juízo de admissibilidade “de mérito”?.....	81
2.4	Antecedentes ao juízo de admissibilidade.....	85
2.4.1	A interposição dos recursos especial e extraordinário	85
2.4.2	A atribuição de efeito suspensivo.....	88
2.4.3	A concessão de tutelas diversas	96
2.4.4	A recorribilidade das decisões.....	99
2.5	A decisão que revela o juízo de admissibilidade: <i>modus faciendi</i>	103
2.6	Consequentes ao juízo de admissibilidade.....	109
2.6.1	O cabimento de embargos de declaração.....	110
2.6.2	Considerações sobre o agravo de inadmissão (CPC, art. 1042)...	115
2.6.3	Crítica ao provimento do agravo de inadmissão “para melhor exame”	123
3	Juízo de Adstrição nos Recursos Especial e Extraordinário.....	127
3.1	Considerações iniciais	127
3.2	Juízo de adstrição: uma proposta de conceituação	128
3.2.1	Atividade decisória.....	128

3.2.2 Segue: outorgada pela lei	132
3.2.3 Segue: órgãos judiciários de instâncias inferiores ao STF ou ao STJ.....	137
3.2.4 Segue: tese jurídica firmada em precedente vinculante de repercussão geral ou repetitivo	140
3.2.5 Segue: vinculação do recurso interposto e conformidade do acórdão recorrido	147
3.3 O juízo de adstrição na vertente da vinculação: a etapa de formação do precedente vinculante	149
3.3.1 Considerações iniciais.....	149
3.3.2 Seleção do recurso-piloto	151
3.3.3 Suspensão de casos pendentes	158
3.3.4 O incidente de intempestividade.....	174
3.3.5 O incidente de distinção	180
3.4 O juízo de adstrição na vertente da conformidade: a etapa de aplicação do precedente vinculante	188
3.4.1 Considerações iniciais.....	188
3.4.2 Momento adequado para a realização do juízo de adstrição na vertente da conformidade.....	192
3.4.3 Juízo de conformidade negativo: o procedimento para a retratação	197
3.4.4 Juízo de conformidade positivo: a negativa de seguimento ao recurso infrutuoso.....	211
3.4.5 Reflexões sobre o desprovimento do agravo do art. 1030, § 2º, do CPC: definitividade da adstrição do caso concreto ao precedente vinculante?	218
3.5 Mecanismos processuais e institucionais de aperfeiçoamento da formação e aplicação de precedentes vinculantes	231
3.5.1 Considerações iniciais.....	231

3.5.2 Mecanismos Processuais	234
3.5.2.1 A intervenção do Ministério Público	234
3.5.2.2 A intervenção de Amicus Curiae	237
3.5.2.3 A realização de Audiências Públicas.....	241
3.5.3 Mecanismos Institucionais	244
3.5.3.1 Os Núcleos de Gerenciamento de Precedentes	245
3.5.3.2 As Comissões Gestoras de Precedentes	248
3.5.3.3 Os Centros de Inteligência do Poder Judiciário	251
4 Coexistência entre os Juízos de Admissibilidade e de Adstrição	259
4.1 Considerações iniciais	259
4.2 Coexistência sucessiva	261
4.3 Coexistência simultânea	263
4.3.1 Por justaposição	264
4.3.2 Por sobreposição.....	267
4.3.3 Decisões híbridas e princípio da unirrrecorribilidade	270
Conclusão	275
Referências Bibliográficas.....	279
Obras e artigos consultados.....	279
Documentos referentes a processos legislativos consultados online	297
Julgados consultados	300
Supremo Tribunal Federal	300
Superior Tribunal de Justiça.....	306